

Inquérito Civil n. 06.2024.00004305-7
Compromissária: R&R Pescados LTDA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Laguna, neste ato representado pela Promotora de Justiça Fabiana Mara Silva Wagner, doravante designado **COMPROMITENTE**, e a empresa **R&R PESCADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 06.001.018/0001-94, com sede na Estrada Geral, s/n, Estreito, Laguna/SC, neste ato representada por Rangel Fernandes Correa, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, com base nas informações colacionadas ao Inquérito Civil n. 06.2024.00004305-7, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e pelos arts. 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que este procedimento objetiva apurar irregularidades relacionadas à comercialização de produtos em condições impróprias ao consumo constatadas na empresa R&R Pescados LTDA por ocasião de vistoria na atuação conjunta desenvolvida pelo Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produto de Origem Animal (POA);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado,

incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso III, da Constituição da República prevê como função institucional específica do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o inciso I do art. 26 da Lei n. 8.625/93 faculta ao Ministério Público a instauração de Inquéritos Cíveis Públicos e de Procedimento Administrativos; que a Lei Complementar Estadual n. 738/2019 determina em seu art. 91, incisos I e III, ser atribuição do Ministério Público a instauração de Inquéritos Cíveis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes, bem como a requisição de informações e documentos a entidades públicas e privadas;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor - Lei n. 8.078/1990 estabelece, em seu art. 81, que a "defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo";

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem legitimidade concorrente para a defesa dos interesses e direitos dos consumidores, conforme preceitua o art. 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso XXXII, da Constituição da República, impõe que "o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor" e que o seu art. 170

determina que "a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) IV - defesa do consumidor";

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (art. 6º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição (art. 8º do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, bem como produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (art. 10, caput, e art. 39, inciso VIII, ambos do CDC);

CONSIDERANDO que o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que "a oferta e apresentação de produtos devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos

CONSIDERANDO que, nos moldes do art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, "os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente

pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam [...]”, assim como, em seu § 6º, estabelece que “são impróprios ao uso e consumo: I - **os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos**; II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, **aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação**; III- os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao que se destinam”;

CONSIDERANDO que o art. 39, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor estabelece que “é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes [...]”;

CONSIDERANDO que somente pode expor à venda ou ao consumo alimentos e bebidas próprios para tal finalidade, sendo assim considerados os que obedeçam às disposições da legislação federal e estadual vigentes relativas ao registro, rotulagem e padrões de identidade e qualidade (art. 5º, inciso IV, do Decreto Estadual n. 31.455/1987);

CONSIDERANDO que o art. 9º do Decreto Estadual n. 31.455/1987 dispõe que “a pessoa não pode comercializar os alimentos e bebidas que: I - provenham de estabelecimento não licenciado pelo órgão competente; II - não possuam registro no órgão federal competente, quando a ele sujeitos; III - não estejam rotulados, quando obrigados a esta exigência, ou, quando desobrigados, não puder ser comprovadas a sua procedência; IV - estejam rotulados em desacordo com a legislação vigente; V - não correspondam à denominação, à

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE LAGUNA

definição, à composição, à qual idade, e aos requisitos relativos a: a) rotulagem e apresentação do produto especificado no respectivo padrão de identidade e qualidade - quando se tratar de alimento padronizado; b) outros requisitos que tenham sido declarados no momento do respectivo registro quando se trata de alimento de fantasia ou não padronizado; c) especificações federais pertinentes ou, em sua falta, às dos regulamentos estaduais concernentes, ou às normas e padrões internacionais aceitos quando ainda não padronizados";

CONSIDERANDO que o art. 29, inciso II, do Decreto Estadual n. 31.455/1987, estabelece que a comercialização de produtos animais somente poderá ser feita quando estes forem submetidos a processos adequados de resfriamento no próprio matadouro ou abatedouro e transportadas e/ou armazenadas nos estabelecimentos de distribuição, em temperatura interna igual ou inferior a 7º C;

CONSIDERANDO que é permitido comercializar carnes e vísceras, inclusive de aves e pequenos animais de abate, somente quando previamente fracionadas e embaladas em açougues, entrepostos de carne e estabelecimentos industriais licenciados e **com rotulagem indicativa de sua procedência**, mantidas em dispositivos de produção de frio, **sendo proibida no local, qualquer manipulação ou fracionamento** (art. 129, inciso I, do referido Decreto Estadual);

CONSIDERANDO que "os alimentos congelados devem ser descongelados, quando necessário: I - utilizando instalações com temperatura de 5ºC, ou menos, e umidade controlada; II - utilizando água potável e corrente à temperatura de 20ºC, ou menos, em embalagem impermeável; [...]" (art. 24, I e II, do Decreto Estadual n. 31.455/1987);

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.137/90, em seu art. 7º, inciso IX, **diz constituir crime contra as relações de consumo** "vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou **mercadoria, em condições impróprias ao consumo**";

CONSIDERANDO que foi firmado um Termo de Cooperação Técnica envolvendo o Ministério Público, as Secretarias de Estado da Fazenda, do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde, da Segurança Pública, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina, cujo objeto é a fixação de critérios e normas de ação conjunta, por meio dos órgãos envolvidos, para a inspeção e a fiscalização de produtos de origem animal (carne, pescado, leite e seus derivados), visando à garantia da qualidade e segurança para o consumo e à preservação ambiental;

CONSIDERANDO que a ingestão de carne imprópria ao consumo pode ocasionar sérios problemas à saúde dos consumidores (salmonelose, gastroenterite, toxinfecção alimentar, teníase, cisticercose, câncer, alterações hormonais e toxoplasmose), podendo levar, inclusive, à morte;

CONSIDERANDO que no dia 28 de agosto de 2024, por meio de ação fiscalizatória desencadeada pelo Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Origem Animal - POA, foram constatadas irregularidades no estabelecimento **R&R Pescados LTDA**, consistentes em (a) 17.830kg de pescado salgado com validade expirada; (b) 630kg de peixe congelado sem procedência; (c) 150kg de pescado congelado com validade expirada em julho/2024, com rotulagem alterada; (d) ausência

de registros de controle de recebimento de produto acabado, controle de temperatura, de expedição, rastreabilidade, saúde dos colaboradores, limpeza e manutenção, controles obrigatórios para entrepostos registros em qualquer esfera de serviço de inspeção (SIM, SIE, SISBI, SIF).

CONSIDERANDO que tais irregularidades resultaram na lavratura do Auto de Intimação n. 13006, pela Vigilância Sanitária Municipal;

CONSIDERANDO que as práticas descritas atingem direitos coletivos da população, afetos às atribuições institucionais do Ministério Público;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1. DO OBJETO:

Cláusula 1ª: este Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto a regularização da situação da empresa R&R Pescados LTDA, notadamente acerca das irregularidades contidas no Auto de Intimação n. 13006 e a adequação da compromissária aos requisitos exigidos pela legislação consumerista.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA:

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Cláusula 2ª: a compromissária se compromete a cumprir fielmente, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE LAGUNA

assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta, as normas vigentes relacionadas à fabricação, distribuição, manipulação, acondicionamento e às condições higiênico-sanitárias dos alimentos, visando sempre à preservação da saúde do consumidor, notadamente:

a) acondicionar e manter os produtos regularmente e segundo a indicação da embalagem;

b) não expor à venda produtos cuja embalagem estiver violada ou aberta;

c) não expor à venda produtos que não estejam devidamente registrados no órgão público sanitário competente;

d) não reaproveitar alimentos com prazo de validade vencido;

e) não colocar novos prazos de validade em produtos cujos prazos estejam vencidos ou por vencer;

f) não vender produtos cujo rótulo deixe de apresentar a data de validade;

g) não comercializar produtos com alteração nas suas propriedades organolépticas, que apresentem elementos estranhos ou impurezas ;

h) não comercializar qualquer produto de origem animal e seus derivados sem que estejam previamente submetidos à inspeção pelo órgão competente da Administração Pública (Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Federal);

i) manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo;

j) não proceder à utilização de embalagens ou rótulos avulsos que não correspondam ao produto armazenado ou embalado, observando rigorosamente a rastreabilidade e a integridade das informações dispostas nas embalagens primárias e secundárias, ficando vedada qualquer troca ou substituição de embalagens, ainda que abertas ou estouradas, sob pena de infringir normas de rastreabilidade e boas práticas de fabricação;

k) implementar e manter atualizados todos os registros de controle de recebimento de produtos acabados, controle de temperatura, expedição, rastreabilidade, saúde dos colaboradores, bem como limpeza e manutenção, conforme exigido pela legislação aplicável aos entrepostos registrados em qualquer esfera de serviço de inspeção (SIM, SIE, SISBI, SIF);

Parágrafo único: para a comprovação do avençado nesta cláusula segunda, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos;

2.2 MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Cláusula 3ª - a compromissária, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, compromete-se, ainda, a efetuar o pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), divididos em 10 parcelas, proporcional à gravidade da vantagem auferida, condição econômica do fornecedor e os antecedentes, reajustados pelo INPC ou índice que o substitua, em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante boleto bancário a ser emitido por esta

Promotoria de Justiça;

§ 1º: o vencimento da primeira parcela ocorrerá em no dia 10 do mês posterior ao presente ajuste, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes;

§ 2º: para a comprovação desta obrigação, o compromissário se compromete a apresentar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de cinco dias após o vencimento do boleto, a cópia do comprovante de pagamento do boleto emitido;

§ 3º: em caso de inadimplemento, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o montante não pago e devidamente atualizado.

3 DO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER:

Cláusula 4ª - para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, a compromissária ficará sujeita à multa pecuniária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por evento (a ser reajustada pelo INPC ou índice que o substitua), acrescida de R\$ 200,00 (duzentos reais) por quilo de carne apreendida ou R\$ 100,00 (cem reais) por unidade de produto apreendido, além da execução judicial das obrigações ora ajustadas, em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante boleto bancário a ser retirado nesta Promotoria de Justiça no prazo de cinco dias;

Parágrafo único: para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou

outros órgãos públicos.

4 DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

Cláusula 5ª: o Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao ajustado contra a COMPROMISSÁRIA, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

5 DA VIGÊNCIA DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA:

Cláusula 6ª: o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de

Conduta começará a vigor a partir da sua assinatura.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 7ª: as partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 8ª: este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Cláusula 9ª: as questões decorrentes deste

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE LAGUNA

compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Laguna, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Cláusula 10ª: os signatários tomaram ciência de que este procedimento será arquivado e será instaurado procedimento de fiscalização do presente acordo extrajudicial.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, em 2 (duas) vias originais de igual teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Laguna, 14 de julho de 2025.

CHRYSTOPHER AUGUSTO DANIELSKI

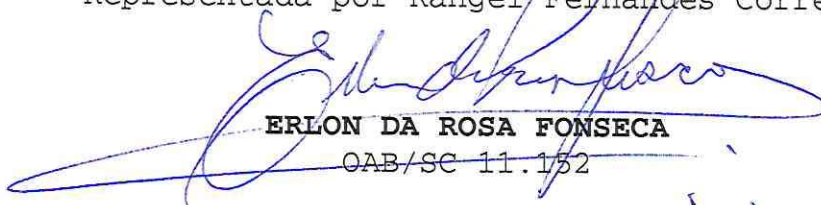
Promotor de Justiça



R&R PESCADOS LTDA

Compromissária

Representada por Rangel Fernandes Correa



ERLON DA ROSA FONSECA

OAB/SC 11.152